

Pequena empresa no Mercosul

A constituição de um fundo de apoio a pequenas e médias empresas deve ser discutida pelo Parlamento do Mercosul, que realiza na segunda e na terça-feira, em Montevideu, sua quarta sessão ordinária. Estarão em pauta também o projeto do regimento interno e a agenda política. Cristovam Buarque pediu a inclusão do combate à pobreza entre as prioridades do bloco. **Página 8**

Falta acordo para MP que divide Ibama

Sem consenso, o Plenário do Senado não votou ontem a criação do Instituto Chico Mendes, que passaria a exercer parte das atribuições hoje desempenhadas pelo Ibama. Projeto de conversão resultante de medida provisória sobre o assunto tranca a ordem do dia, juntamente com outras quatro matérias. **Página 2**



Na audiência da CPI do Apagão Aéreo, Jorge Kersul Filho (E), Marco Antônio Bologna, Demostenes Torres, Tião Viana, Renato Casagrande, José Carlos Pereira e Milton Zuanazzi

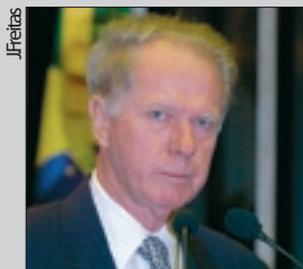
Presidente da TAM nega pressão e critica autoridades

Bologna diz que empresa não forçou obtenção de permissões para operar em aeroportos congestionados e censura órgãos de aviação por não executarem obras de infra-estrutura

O presidente da TAM, Marco Antônio Bologna, lamentou que não tenham sido executadas obras já planejadas, como a terceira pista no aeroporto

de Guarulhos e a ligação por trem do aeroporto de Viracopos, em Campinas, com a cidade de São Paulo. Já o presidente da Anac, Milton Zuanazzi, julgou adequada a extensão da

pista de Congonhas. O brigadeiro Jorge Kersul Filho considerou precipitadas quaisquer conclusões sobre as causas do acidente em Congonhas. **Páginas 3 a 6**



J.Freitas

A crise será resolvida com o aumento das passagens. O povo vai pagar por essa anarquia que aconteceu com o sistema aéreo

GERSON CAMATA



J.Freitas

O mais importante é que o Brasil volte a ser um país seguro para voar e que sejam respeitados os direitos dos passageiros

JARBAS VASCONCELOS



Ceacido/Vargem

O país, que vem crescendo – e sofrendo da dor de crescimento dos adolescentes, a *growing pain* –, precisa investir em infra-estrutura

MARCELO CRIVELLA



J.Freitas

Se os dirigentes da Anac não têm os conhecimentos técnicos necessários para solucionar a crise, eles deveriam renunciar

PAPALEO PAES



J.Freitas

Parece que Lula ficou de olho nas pesquisas para saber se sua imagem seria arranhada ou não, o que apequena seu papel na história

ARTHUR VIRGÍLIO



Moreira/Vartz

O governo vive uma desordem administrativa em vários setores. A tragédia aérea é a parte mais visível da desorganização

ALVARO DIAS



J.Freitas

Desde o início do ano passado, temos visto muitos sinais de esgotamento da infra-estrutura, como aeroportos sobrecarregados

CÉSAR BORGES



Jose Cruz

Equilíbrio e serenidade são cada vez mais raros no país. É preciso evitar a busca açodada de culpados pela tragédia

ALOIZIO MERCADANTE



Rosevelt/Fruto

A tragédia deve servir de exemplo para que as autoridades dos três Poderes adotem medidas para evitar novos desastres

EDUARDO SUPLICY

Ceacido/Vargem



Presidente do Senado defende alternativa consensual para que seja possível votar matéria rapidamente e desobstruir a pauta do Senado

Líderes não chegam a acordo sobre MP que divide o Ibama

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que não houve acordo entre os líderes da Casa em relação ao projeto de lei de conversão que cria o Instituto Chico Mendes, o qual passa a exercer parte das atribuições hoje desempenhadas pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Pela falta de acordo, o projeto de conversão (PLV 19/07), que se originou a partir de modificações feitas pela Câmara à Medida Provisória 366/07, não pôde ser votado.

Para Renan, os líderes precisam construir uma alternativa consensual sobre o assunto para que seja possível votar a matéria rapidamente e, assim, permitir que as demais MPs que estão



Segundo Renan, votação do projeto que altera lei do Supersimples é prioridade

obstruindo a pauta do Plenário também sejam apreciadas.

Tão logo a pauta esteja desobstruída, disse o presidente, a prioridade é votar o projeto que altera dispositivos da lei do Supersimples (PLC 43/07), que,

em sua opinião, vai contribuir para impulsionar a economia, gerar empregos e aumentar o produto interno bruto (PIB). Ele considera a medida fundamental para que o país cresça de maneira sustentável.

A proposta (PEC 12/06) que trata da renegociação de precatórios poderá também ser colocada em discussão ao longo do semestre, afirmou Renan. Ele explicou que os parlamentares estão estudando uma fórmula que mantenha a estabilidade dos estados e municípios e possibilite que os títulos sejam vendidos em leilão para, assim, terem uma defasagem natural.

— Só assim os estados e municípios poderão arcar com esse ônus — observou.

Projeto facilita financiamento de moradia à população de baixa renda

Já está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, projeto que proíbe os agentes financeiros de usar informações de instituições de proteção ao crédito para a concessão de financiamento aos pretendentes à aquisição de moradia pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

A determinação está prevista em projeto de lei (PLS 117/07) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que tem por objetivo

limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social. Pela proposta, as exigências para esses financiamentos passam a ficar restritas aos documentos de identificação civil, fiscal e eleitoral, além da comprovação de renda necessária, quando cabível.

Zambiasi explica que é exatamente a população de baixa renda — que enfrenta orçamentos pressionados pelos altos custos dos aluguéis — que mais tem res-



Proposta de Sérgio Zambiasi limita exigências das instituições financeiras

trições cadastrais em instituições de proteção ao crédito. Para ele, o rigor excessivo torna mais difícil o acesso à casa própria e acaba por distanciar os programas habitacionais de seus propósitos.

Lobão quer regulamentar profissão de conservador e restaurador cultural

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar em uma de suas próximas reuniões, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 370/07) de autoria do senador Edison Lobão (DEM-MA) que regulamenta a profissão de conservador e restaurador de bens culturais móveis e integridades (COR) e cria os respectivos conselhos federal e regionais.

Para Lobão, a atividade de conservação e restauração de bem cultural de valor histórico, documental ou artístico, tombado ou não, deve ser preservada. E estranhou que o país, tão rico culturalmente, ainda não tenha uma legislação própria para o setor, conforme prevê a sua proposição.

De acordo com a proposta, a profissão será exercida por diplomados em curso superior de conservação e restauração de bens culturais. Na avaliação do repre-



Edison Lobão estranha que o país ainda não tenha legislação para o setor

sentante maranhense, a proposta também tem por meta estabelecer normas de ética profissional e padrões de comportamento do praticante de conservação e restauração.

O senador informou ainda que apresentou o projeto tomando por base sugestão apresentada pelo Centro de Conservação e Restauração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senadores participam do Visão Política

A criação do Instituto Chico Mendes, o Supersimples e a reforma política são assuntos debatidos no programa *Visão Política*, transmitido pela Rádio Senado, hoje, às 8h30. Os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), José Agripino (DEM-RN) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) falam sobre as perspectivas para o segundo semestre do ano legislativo.

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão tem início às 9h. Sem a votação de projetos, ela se destina a debates e a comunicados da Mesa e das lideranças. Entre os senadores inscritos estão César Borges (DEM-BA), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).



JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Alvaro Dias, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa e Augusto Botelho



A ligação por trem de Viracopos, em Campinas, com a capital paulista e a terceira pista no aeroporto de Guarulhos são apontadas por dirigente de companhia aérea como exemplos de obras planejadas e não executadas

TAM nega pressão e critica falta de obras

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, o presidente da TAM, Marco Antônio Bologna, negou ontem que a empresa tenha exercido qualquer tipo de pressão sobre os órgãos reguladores do setor com o objetivo de obter permissões para operar em aeroportos congestionados.

Assegurando que uma das maiores preocupações de sua companhia é procurar colocar os serviços nos locais onde existam demandas, o presidente da TAM criticou os

órgãos de aviação pela não execução de inúmeras obras planejadas no setor de infra-estrutura aeroportuária, tais como a construção de uma terceira pista no aeroporto de Guarulhos e a ligação por trem do aeroporto de Viracopos, em Campinas, com a cidade de São Paulo.

– Nós nunca forçamos a utilização como operadora de um ou outro aeroporto. A gente procura colocar serviço onde existe demanda dentro de um regramento autorizado, há alguns anos, pelo DAC, e, hoje, pela Anac e pela própria Infraero – disse.

Respondendo a questionamentos



A CPI do Senado ouviu dirigentes de empresa aérea, da Infraero, da Anac e da Aeronáutica sobre o desastre

do presidente da CPI, senador Tião Viana (PT-AC), Bologna afirmou que as tripulações das aeronaves da TAM cumprem escalas de serviços regulares, com limite total de horas especificado por ano, trimestre e mês. Ele explicou ainda que o número de assentos dos aviões de sua companhia tem homologação do próprio fabricante, com a mesma configuração de muitos aviões Airbus utilizados pela empresa Air France.

Com relação ao fato de o voo 3054 da TAM ter pousado em Congonhas com um dos reversos travados, Bologna observou que

os aviões Airbus da frota da TAM têm a possibilidade técnica de aterrissar até mesmo com dois reversos inoperantes, ao contrário de algumas aeronaves Boeing utilizadas pela companhia aérea Gol. Ele disse também desconhecer ações de pilotos movidas contra a sua companhia em razão de assédio moral, forçando-os a pousar em aeroportos em condições precárias de segurança.

Anac

Falando à CPI, o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, considerou adequada a extensão da pista do

aeroporto de Congonhas. Ele lembrou que muitos aeroportos no país têm pistas de mesmo comprimento ou até menores, como é o caso do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

– Quanto ao tamanho da pista de Congonhas, se a formos considerar pequena, vamos ter de fechar um conjunto de aeroportos no Brasil – assinalou Zuanazzi.

Ele ressaltou que uma parte significativa de problemas que vieram a ser denominados “apagão aéreo” deveu-se a vários fechamentos do aeroporto de Congonhas em razão da ocorrência de fortes chuvas.

Discordando de ponto de vista manifestado em pergunta formulada pelo relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), Zuanazzi disse não ser competência da Anac realizar uma fiscalização intensiva, mas apenas por amostragem, das manutenções realizadas nas aeronaves das companhias de aviação. Ele argumentou que para fazer uma fiscalização efetiva a Anac precisaria de pelo menos 10 mil funcionários, bem mais que os cerca de 1.700 atuais.

Pilotos do voo 3054 passaram em testes de simulador de voo

O comandante e o co-piloto do voo 3054, Kleyber Lima e Henrique Stephanini Di Sacco, haviam sido submetidos recentemente a treinamento em simuladores de voo, afirmou o presidente da TAM, Marco Antônio Bologna, na CPI do Apagão Aéreo. De acordo com Bologna, o comandante Kleyber passou pelo simulador em 19 de maio deste ano e Stephanini em 5 de junho, também de 2007.

Segundo o presidente da TAM, o treinamento em simulador com um ou dois reversos – o freio aerodinâmico de um jato como o Airbus 320, modelo do avião que se acidentou em São Paulo – bloqueados é considerado normal. São realizadas simulações de pouso e decolagem em situações mais difíceis, como com apenas um motor ou sem *flaps*. Bologna respondia a pergunta formulada pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

– O simulador é onde nós mais

“morremos”. Nele são testados todos os conhecimentos, nas piores situações – complementou o brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho, chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), que também participou da audiência.

Interconexão

Ao responder ao relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), Kersul afirmou que a comissão de investigação das causas do acidente com o Airbus da TAM estuda a interconexão de todos os parâmetros que podem ter contribuído para a tragédia na qual morreram 199 pessoas – entre os motivos a capacitação da tripulação, as condições meteorológicas, o tamanho da pista. Explicou que o prazo para a conclusão do relatório sobre o acidente é de 18 meses, mas que as recomendações para evitar novos problemas podem ser feitas muito antes. Citou como exemplo

a recomendação de não se utilizar a pista principal do aeroporto de Congonhas em dias chuvosos.

Kersul disse que a equipe que foi aos Estados Unidos acompanhar a transcrição das caixas-pretas do avião trouxe dados relativos a 60 dos 580 parâmetros gravados. Segundo ele, é possível saber a potência dos motores na hora do pouso, a deflexão dos pedais de freio e até mesmo o momento em que o trem de pouso direito ou esquerdo ou a biquilha (trem de pouso dianteiro) tocaram o solo.

– É importante observar, no entanto, que cada parâmetro, analisado isoladamente, não leva a conclusão nenhuma – ressaltou o brigadeiro.

Kersul foi evasivo quanto a perguntas técnicas, para não estimular conclusões precipitadas, mas afirmou que a aeronave pousou dentro do limite para o toque na pista, o que foi comprovado por marcas

de pneus.

O presidente demissionário da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), brigadeiro José Carlos Pereira, disse a Demostenes que a pista principal de Congonhas teve sua geometria corrigida na recente reforma pela qual passou, sendo “praticamente impossível ocorrer aquaplanagem dinâmica”, uma vez que a água não empoga.

José Carlos Pereira afirmou também que, embora não sejam permitidos postos de combustível nas proximidades das pistas de pouso, em algum momento foi liberada a construção do posto no qual colidiu o avião.

O presidente da CPI, senador Tião Viana, informou que a comissão, em respeito à Constituição federal, não irá transcrever os dados contidos nas caixas-pretas da aeronave, decisão elogiada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Relator lamenta vazamento de informações

Ao comentar o depoimento do presidente do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho, o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, senador Demostenes Torres, afirmou que o vazamento de informações da caixa-preta do avião da TAM, acidentado em Congonhas no mês de julho, seria caso para cassação de mandatos de deputados porventura envolvidos.

Demostenes fez a afirmação ao manifestar seu apoio à reclamação, feita instantes antes, pelo presidente do Cenipa cobrando uma definição do país com relação ao cumprimento de um acordo internacional assinado pelo Brasil que veda, entre outros itens, a divulgação de diálogos entre tripulações de aeronaves acidentadas.

O senador lembrou que os tratados e convenções, por terem força de emendas constitucionais, precisam da manifestação de três quintos dos membros do Congresso Nacional para ser alterados. Por isso, disse, o vazamento de dados sigilosos de responsabilidade dos parlamentares configuraria a hipótese mais plausível de quebra de decoro.

– É tão evidente a contrariedade da norma constitucional [no caso da divulgação indevida do conteúdo das caixas-pretas] que um parlamentar nesse caso deveria não ser admoestado, não ser publicamente censurado, mas deveria perder o seu mandato, porque inclusive ele está contrariando a Constituição que jurou defender quando assumiu o mandato – afirmou Demostenes.



Camata propõe mudanças na legislação para melhorar desempenho de agências. César Borges aponta precariedade da infra-estrutura. Papaléo vê despreparo de diretores. Crivella quer pilotos mais bem treinados para lidar com intempéries

Senado poderá ganhar poderes para destituir diretor de agência

Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de projeto de lei que dá poderes ao Senado Federal para destituir diretores de agências reguladoras. A iniciativa estabelece que a votação das indicações para as diretorias dessas entidades deve ser feita em dia diferente da sabatina, pelos senadores, e prevê ainda a realização de auditoria externa anual nas agências. O senador acredita que, se aprovada, a proposta contribuirá para que elas tenham melhor desempenho. Ele disse que os dirigentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foram aprovados pela Casa sem uma análise mais profunda dos seus currículos.

Camata manifestou a opinião de que vários fatores concorreram para o acidente com o Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 17 de julho. Entre os agentes responsáveis pelo acidente, o senador destacou a própria TAM, a Infraero e as condições adversas do aeroporto. Ele acredita que



Segundo Gerson Camata, há déficit de aviões na frota comercial do país

haverá aumento do preço das passagens aéreas.

– A crise será resolvida com o aumento das passagens. O povo vai pagar por essa anarquia que aconteceu com o sistema aéreo brasileiro – previu.

Responsabilidade

Na opinião do senador, a TAM foi responsável pelo acidente por ter exigido que a aeronave, que estava com sobrepeso, pousasse em Congonhas, que apresenta limitações devido ao tamanho das pistas e à sua localização.

Papaléo aponta politização na escolha de dirigentes

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou, em discurso, o que qualificou de falta de competência técnica dos dirigentes da Anac, lembrando que eles chegaram a negar o óbvio: a própria existência da crise aérea, quando a situação do setor já dava amplas demonstrações de quase colapso.

O senador disse que a população brasileira tomou conhecimento da debilidade da Anac da maneira mais dolorosa possível, com a morte de centenas de pessoas nos dois maiores acidentes aéreos da história do país.

– Se a direção da Anac não se mostra à altura de suas funções estabelecidas em lei, isso passa a ser um problema de todos os brasileiros. Se seus dirigentes não têm os conhecimentos técnicos que seriam necessários para solucionar a crise, eles deveriam

renunciar – recomendou.

Papaléo atribuiu a ineficiência da Anac “à temerária politização” dos quadros técnicos em toda a administração federal.

– O que vemos hoje é o contrário do que dispõe a legislação que criou as agências reguladoras, estabelecidas para organizar as atividades das empresas e fiscalizar sua atuação, pensando nos consumidores. O governo deturpou a finalidade das agências porque preferiu ocupar esses espaços com pessoas de sua orientação político-partidária – afirmou.

Papaléo chamou a atenção para o fato de caber justamente ao Senado Federal aprovar as indicações presidenciais de autoridades.

– Somos nós, os senadores, que avalizamos esses nomes, depois de ouvir uma rápida explanação

A Infraero também teve sua parcela de culpa, segundo Camata, já que liberou a pista principal de Congonhas com asfalto ainda novo e sem o chamado *grooving* – ranhuras que aumentam o atrito do avião com o solo.

A Airbus teve participação na tragédia, na avaliação do senador, porque ficou constatado que o reverso direito do avião da TAM não abriu durante a operação de pouso por estar travado.

Além desses fatores, houve, por fim, as condições desfavoráveis do próprio aeroporto, situado na cidade e com pistas curtas para aviões de grande porte, disse.

Camata afirmou que, além da falta de infra-estrutura nos aeroportos brasileiros e da desorganização no setor, existe déficit de aviões nas companhias aéreas.

– O caos aéreo brasileiro não vai ter fim, pois há falta de 72 aviões. Todas as companhias somadas estão operando com menos 72 aviões. Quando fecha um aeroporto, todos são afetados. E não há aviões sobressalentes.



Papaléo: falta qualificação técnica aos responsáveis por agências reguladoras

do indicado. A votação acaba sendo política, pois ninguém se preocupa com a qualificação técnica dessas pessoas – destacou.

Esse hábito, observou Papaléo, acaba tornando a situação das agências reguladoras um constrangimento para o Senado, quando os dirigentes demonstram ser pessoas não qualificadas tecnicamente para exercer suas funções, como estaria acontecendo com os da Anac.

César Borges atribui caos aéreo à carência de infra-estrutura no país

“Até quando este pesadelo vai durar para o povo brasileiro?”, questionou César Borges (DEM-BA), ao referir-se da tribuna à crise aérea. O senador culpou o governo por não solucionar questões de infra-estrutura que teriam causado o caos. Segundo disse, a falta de investimentos deixou o Brasil “pronto para o desastre”, como aconteceu com aviões da TAM e da GOL, em menos de um ano.

– Vemos aeroportos sobrecarregados, controle aéreo defasado, controladores despreparados e em número insuficiente. Desde o início do ano passado, temos visto muitos sinais de esgotamento da infra-estrutura aérea – observou o parlamentar.

César Borges traçou um histórico da crise aérea, que teve início, conforme afirmou, com a derrapagem de um avião da BRA em Congonhas, em março de 2006, seis meses antes do acidente envolvendo um Boeing da GOL e um Legacy de uma empresa americana, que deixou 154 mortos.



Falta de investimentos deixou o Brasil pronto para desastre, diz César Borges

O senador lembrou que, tentando fugir da crise no sistema aeroportuário, muitos brasileiros passaram a viajar de carro ou ônibus, o que aumentou o número de acidentes automobilísticos.

– Lula está no segundo mandato, mas fala como se estivesse iniciando algo e como se não fosse responsável pelos últimos cinco anos – acrescentou César Borges, que recebeu apartes dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mário Couto (PSDB-PA).

Crivella deseja a Jobim êxito na busca de uma solução para crise

Ao lamentar o acidente com o avião da TAM, Marcelo Crivella (PRB-RJ) desejou, da tribuna, votos de sucesso ao novo ministro da Defesa, Nelson Jobim, na busca de uma solução para a crise aérea no país.

O senador sugeriu ao ministro que recomende de imediato às companhias aéreas que operam com aviões Boeing, para enfrentar intempéries e situações semelhantes ou piores que aquelas em que se envolveram o piloto e o co-piloto da TAM.

Crivella disse que o Brasil vem se desenvolvendo e sofrendo da dor de crescimento dos adolescentes, a chamada *growing pain*, e por isso precisa de investimento em infra-estrutura, especialmente na área energética. Ele afirmou que o país não pode abrir mão de salvaguardas como o petróleo, que é exportado, e da utilização da energia nuclear.

– Não podemos retardar o uso



Crivella sugere que ministro recomende às empresas treinamentos em simulador

da energia nuclear. A usina de Angra 3 poderá movimentar 3 bilhões de dólares, gerar empregos diretos e tornar economicamente viável a nossa empresa de beneficiamento de urânio – assinalou.

A cidade do Rio de Janeiro também foi homenageada pelo parlamentar, pela realização dos Jogos Pan-Americanos, que Crivella considerou como “os melhores da história”.



Oposicionistas criticam gerenciamento da crise aérea pelo governo. Senador petista sugere que sejam consideradas, até o fim das investigações, apenas como hipóteses todas as possíveis causas já levantadas para o acidente com o avião da TAM

Virgílio lamenta ausência de Lula em Congonhas logo após acidente

Em discurso aparteado por 11 senadores, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou a postura do presidente Lula, que não compareceu ao aeroporto de Congonhas nas primeiras horas após o acidente com o avião da TAM no último dia 17.

– Lula foi mal assessorado ao deixar de comparecer ao local do acidente. O presidente optou por desaparecer durante três ou quatro dias, como se a tragédia não tivesse nada a ver com ele. Parece que ele ficou apenas de olho nas pesquisas de opinião pública para saber se a sua imagem seria arranhada ou não com relação ao acidente, o que apequena o papel dele na história – sentenciou.

O senador também condenou declarações contrárias às agências reguladoras. Para ele, estão aproveitando o fato de que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) “não funciona” para investir contra a criação e o funcionamento das agências, que, observou, são essenciais para o



Arthur Virgílio: o presidente optou por desaparecer durante três ou quatro dias

país. Virgílio lamentou ainda que as agências reguladoras tenham virado “autênticos balcões de negócios”, ao mesmo tempo em que pediu a imediata demissão de toda a diretoria da Anac, classificada por ele como “imprestável”.

Arthur Virgílio anunciou que, em breve, irá apresentar proposta dando ao Senado o direito de retirar o mandato de membros de agências que não cumprirem a contento suas funções. Pela atual legislação, diretores de agências não podem ser demitidos.

Para Alvaro Dias, tragédia aérea é sintoma do caos governamental

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o caos nos aeroportos brasileiros é um sintoma do caos governamental do país. Para ele, o governo vive uma desordem administrativa em vários setores.

– A tragédia aérea é a parte visível da desorganização do governo federal – disse.

Alvaro, que retornou ao Senado após uma licença, informou que a corrupção no país representa R\$ 26,2 bilhões, em valores de 2005, ou 1,34% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, conforme estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

– Isso é mais do que o orçamento de sete ministérios – afirmou, enfatizando que o combate à corrupção pode triplicar a renda média das famílias brasileiras.

O senador assinalou que a seqüência de escândalos após as primeiras notícias sobre o mensalão, em maio de 2005, “foi arrasadora”. Ele avalia que “a



Combate à corrupção pode triplicar a renda média das famílias do país, diz Alvaro Dias

promiscuidade chegou às raias do paroxismo”. Lembrou ainda que, durante sua licença, acompanhou “as turbulências que se abateram sobre o Senado”.

– Somente a reconstrução da base ética poderá recolocar o Brasil na senda da ordem e do progresso – destacou.

Alvaro Dias elogiou seu suplente, Wilson Matos (PSDB-PR), que, para ele, teve uma interinidade profícua, quando apresentou 12 projetos, especialmente na área de educação.

Investigação de acidente não pode ser politizada, afirma Mercadante

A investigação das causas do acidente com o avião Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, no dia 17 de julho, não pode ser politizada, disse ontem o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele pediu que se evite a “busca açodada” de culpados pelo acidente e que se considerem apenas como hipóteses todas as possíveis causas já levantadas, até que se concluam as investigações.

Sectores da oposição, de acordo com Mercadante, deflagraram logo após o acidente um “intenso processo de repúdio ao governo”. Mas as conclusões “fáceis e precipitadas”, recordou, são quase sempre equivocadas. A hipótese de falta de ranhuras na pista de Congonhas, observou o senador, perdeu força nos últimos dias. Ele recordou ainda que pode ter havido falha mecânica.

– Equilíbrio e serenidade são cada vez mais raros no país. São virtudes que faltaram a parte da mídia, que insistiu sem evidências na tese de que a falta de ranhuras



Aloizio Mercadante pede que se evite a “busca açodada” de culpados

na pista principal de Congonhas, associada às chuvas, teria sido a grande causa da tragédia. Com isso, não contribuiriam para elucidar de forma imparcial os fatos – disse Mercadante.

O senador lembrou que Congonhas já era, em 1990, o aeroporto mais movimentado do país. Ele observou ainda que houve um aumento de 43% no número de passageiros nos aeroportos brasileiros nos últimos três anos. A

Jarbas responsabiliza governo pelo “caos aéreo” e elogia Nelson Jobim

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou ontem o governo Lula, responsabilizando-o pelo “caos aéreo”, mas elogiou a nomeação de Nelson Jobim para o Ministério da Defesa – “uma boa notícia, diante de tantas trapalhadas governamentais”.

– Trata-se de uma pessoa séria e competente, que demonstrou a sua capacidade de trabalho nos diversos postos que ocupou. Por seu passado, acredito que poderá corrigir muitas das omissões e dos erros cometidos pelo governo – declarou.

O senador disse desejar que o governo acerte, pois o que está em jogo, observou, “não é uma questão de oposição contra governo e de governo contra oposição”.

– O mais importante é que o Brasil volte a ser um país seguro para voar, que sejam respeitados os direitos dos passageiros e que o governo federal exerça o seu

papel de gestor e fiscalizador do setor aéreo – afirmou.

Jarbas Vasconcelos disse que o governo Lula se caracteriza pela “inércia, irresponsabilidade, incompetência, negligência, falta de autoridade, má gestão, falta de compostura e desumanidade”.

– Quem imaginaria que a Aeronáutica fosse condecorar com a Medalha do Mérito Santos Dumont os dirigentes aloprados da Agência Nacional de Aviação Civil, em plena semana do acidente de Congonhas? De pioneiros da aviação, passamos para a vanguarda da desorganização e do cinismo – comentou.

O senador apontou que, no caso do setor aéreo, inexistem planejamento e articulação entre o comando da Aeronáutica, a Agência Nacional de Aviação Civil e a Infraero.

– São várias cabeças, e nenhuma delas age objetivamente para

crise do setor aéreo, a seu ver, já estaria em gestação há vários anos e só não teria ocorrido antes por causa do período difícil enfrentado pela aviação civil no período de 1999 a 2003.

Em apartes, José Maranhão (PMDB-PB) considerou apressadas as conclusões feitas por setores da imprensa e por políticos sobre as causas do acidente. Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou a “análise corajosa” feita por Mercadante, enquanto Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou o “tom sereno” do pronunciamento do senador, além de criticar o sensacionalismo na análise do acidente.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que a crise do setor aéreo teve início há bastante tempo. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou a “prudência e a serenidade” do discurso de Mercadante. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também elogiaram o pronunciamento.



Jarbas Vasconcelos critica “inércia, incompetência e má gestão” do governo

enfrentar o problema – analisou.

Nas críticas ao governo, Jarbas recebeu apoio em apartes do presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), do líder do DEM, José Agripino (RN), e dos senadores pernambucanos Marco Maciel (DEM) e Sérgio Guerra (PSDB). Ele também foi aparteado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Agripino, que apartou Jarbas após as afirmações deste sobre a nomeação de Jobim, também elogiou o novo ministro da Defesa.



Plano de trabalho para os próximos meses é divulgado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo

CPI vai investigar acidente e denúncias contra Infraero

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo divulgou no final da tarde de ontem o seu plano de trabalho para os próximos meses. O colegiado, que já concluiu as investigações sobre o acidente do voo 1907 da Gol e sobre os problemas no sistema de controle aéreo brasileiro, pretende apurar denúncias de supostas irregularidades na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e acompanhar as investigações sobre a tragédia com o Airbus da TAM.

A aeronave, que realizava o voo 3054, entre Porto Alegre e São Paulo, explodiu no último dia 17, logo após pousar no aeroporto de Congonhas, na capital paulista. Depois de aterrissar, o avião não reduziu a velocidade o suficiente para parar, saiu da pista, cruzou a avenida Washington Luís e bateu em um terminal de cargas

da TAM. O choque provocou um incêndio de grandes proporções e a morte de 199 pessoas.

A CPI do Apagão Aéreo deverá funcionar até o dia 26 de novembro deste ano. No plano de trabalho, consta que a comissão deverá realizar audiências públicas com profissionais da aviação e diversas autoridades do setor aéreo, quatro das quais foram ouvidas pelos senadores na tarde de ontem: o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; o presidente da TAM, Marco Antônio Bologna; o presidente da Infraero, tenente-brigadeiro José Carlos Pereira; e o chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (Cenipa), brigadeiro-do-ar Jorge Kersul Filho.

Com relação às irregularidades na Infraero, a comissão pretende ouvir os procuradores Matheus Baraldi Magnani, de Guarulhos

(SP); Suzana Fairbanks Lima de Oliveira e Fernanda Teixeira Souza Domingos Taubemblatt, de Congonhas; José Ricardo Meirelles e Paulo Roberto Galvão de Carvalho, de Viracopos (SP); Bruno Caiado de Acioli, de Brasília; Hélio Telho Correa Filho, de Goiânia; e Vinícius Panetto do Nascimento, do Rio de Janeiro.

Também deverão ser ouvidos assessores e funcionários da área comercial, de engenharia e da presidência da Infraero, além de responsáveis por serviços prestados à estatal na área de comunicação.

Em relação ao acidente da TAM, a comissão pretende tomar o depoimento de diversos profissionais da companhia aérea, além da diretora da Anac, Denise Abreu, e outros funcionários da agência, bem como servidores da Infraero e da Aeronáutica, entre outros.

Suplicy apresenta voto de pesar pelas mortes no voo 3054 da TAM

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pelas 199 mortes decorrentes do acidente do voo 3054 da TAM, ocorrido no dia 17 de julho no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. O senador lamentou, em especial, a morte do deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), passageiro do voo.

– Júlio Redecker foi um dos mais atuantes membros das diversas CPIs do Congresso Nacional,

bem como da Câmara, onde era um dos líderes da oposição. Sabia dialogar de maneira construtiva quando necessário, assim como ser rígido na defesa de suas posições – afirmou.

Para o senador, a tragédia deve servir de exemplo para que as autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário adotem medidas que evitem novos desastres.

– Além disso, devemos trabalhar no sentido de que as



Suplicy: tragédia deve servir de exemplo para que autoridades tomem providências

investigações ocorram sem sensacionalismos, de forma correta, equilibrada, transparente, encontrando as reais causas do acidente – propôs Suplicy.

Mesa decide na terça-feira sobre nova representação contra Renan

O 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana, marcou para a próxima terça-feira, às 10h, reunião da Mesa diretora para deliberar sobre o acatamento ou não da nova representação do PSOL contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. Ontem, Tião Viana despachou a representação para a Advocacia Geral do Senado, que deverá analisá-la e emitir parecer, até as 18h de segunda-feira, para orientar a decisão da Mesa. As informações são da Secretaria Geral.

A nova representação foi encaminhada a Tião Viana pelo próprio presidente do Senado, que, em nota divulgada à imprensa na quarta-feira, considerou-se impedido de tomar uma decisão sobre o documento. A representação pede instauração de processo disciplinar para averiguar se houve quebra de decoro parlamentar por parte do próprio Renan.

O PSOL deseja uma investigação sobre as relações da família

Calheiros com a cervejaria Schinariol, com base em denúncia da revista *Veja* de 11 de julho, bem como sobre denúncias em relação a suposta apropriação ilegal de área rural em Murici (AL). Renan é investigado no Conselho de Ética por suspeita de ter parte de suas despesas pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior.

Gim Argello

Renan também já despachou para a Advocacia do Senado a representação do PSOL contra o senador Gim Argello (PTB-DF). O novo senador, que assumiu o mandato após a renúncia de Joaquim Roriz, é acusado, da mesma forma que seu antecessor, de envolvimento com esquema de corrupção investigado em conjunto pela Polícia Civil, Receita Federal e Ministério Público do Distrito Federal, e relacionado a desvio de recursos do Banco de Brasília (BRB).

Efraim recebe em Minas a Medalha da Inconfidência

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), foi agraciado ontem com a Grande Medalha da Inconfidência, concedida pelo governo do estado de Minas Gerais. O senador recebeu a honraria em reconhecimento ao seu trabalho à frente da presidência do Interlegis, entidade que promove o encontro e integração das câmaras municipais de todo o Brasil e dos países integrantes do Mercosul (Mercado Comum do Sul).

A solenidade foi realizada no Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais, e a medalha foi entregue pelo governador Aécio Neves (PSDB-MG).

Criada pela Lei 882, no dia 28 de julho de 1952, pelo então governador do estado, Juscelino Kubitschek, a Medalha da Inconfidência é a mais alta condecoração concedida pelo governo de Minas Gerais e visa “distinguir



Efraim foi condecorado por promover integração das câmaras municipais

todos aqueles que, de maneira excepcional, tenham contribuído para o prestígio e a projeção da terra mineira”. A Medalha da Inconfidência tem quatro designações: Grande Colar (Comenda Extraordinária), Grande Medalha, Medalha de Honra e Medalha da Inconfidência, sendo concedidas pelo governador do estado, por indicação do Conselho Permanente.

Subcomissão dos Marcos Regulatórios ouve dirigentes do setor aéreo

A Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios convidou dirigentes do setor aéreo para discutir, na próxima segunda-feira, às 17h, os problemas da legislação e os caminhos que podem ser apontados para melhorar a eficiência do sistema aéreo brasileiro.

O presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral

(PT-MS), convidou ainda para a audiência pública o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), José Carlos Pereira; e o diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa, major-brigadeiro Ramon Borges Cardoso.

Também participarão do debate o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea), José Márcio Mollo, e o presidente regional da Associação Brasileira de Agências de Viagens, João Quirino Júnior.

Desde o primeiro semestre, a subcomissão vem promovendo audiências para discutir os problemas de cada setor – já

estiveram no Senado administradores e empresários das áreas de petróleo, energia elétrica, águas, telecomunicações e de saúde. A subcomissão faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seu relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN), pretende apresentar várias sugestões para aprimorar o sistema de agências.



Delcídio preside colegiado, que faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos



Estado receberá R\$ 574,5 milhões para saneamento e urbanização, afirma Serys

Serys destaca investimentos do PAC em Mato Grosso

A visita do presidente Lula a Cuiabá, na terça-feira, para anunciar investimentos de R\$ 574,5 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em obras de saneamento básico e urbanização em Mato Grosso foi destacada por Serys Ilhessarenko (PT-MT).

As verbas do PAC deverão beneficiar cerca de 1,1 milhão de pessoas no estado, informou a senadora, e os recursos destinados a Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis devem ser liberados até o fim deste mês.

Serys também registrou a comemoração, na próxima terça-feira, dos 50 anos da Faculdade de Direito de Mato Grosso, “semente” da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



Jucá explica que convênios permitirão a 12 estados receber investimentos do PAC

Jucá comunica que Roraima receberá R\$ 210 milhões

O presidente Lula assinará hoje convênios com 12 estados para que recebam investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, informou Romero Jucá (PMDB-RR). Roraima deve receber R\$ 210 milhões. Do total, R\$ 60 milhões serão aplicados pelo estado em projetos de abastecimento de água em Boa Vista, enquanto R\$ 120 milhões se destinam ao saneamento básico da capital.

Os outros R\$ 30 milhões vão permitir a urbanização do bairro São Bento. A prefeitura da capital também contará com R\$ 40 milhões a serem empregados em projetos de asfaltamento, drenagem e melhoria geral dos bairros da cidade.

Líder do Bloco de Apoio ao Governo ressalta que Ellen Gracie irá entregar a um grupo de senadores sugestões de mudança na legislação para tornar a Justiça mais rápida e eficiente

Ideli elogia decisões do STF sobre cortes de salários acima do teto

Decisões recentes da ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo liminares que garantiam a servidores dos estados de São Paulo e de Santa Catarina o recebimento de salários acima do teto constitucional foram elogiadas por Ideli Salvatti (PT-SC).

A senadora informou que, em seu estado, a decisão alcança 42 pensionistas do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Ipsc) e vai representar uma economia mensal de cerca de R\$ 800 mil para os cofres do estado.

– Fui sindicalista por oito anos na área de educação, e uma das grandes dificuldades que enfrentávamos na negociação de reajuste para os professores eram os altos salários recebidos por certas categorias. A discussão do direito adquirido



Ideli: o direito adquirido pode ser legal em certos aspectos, mas pode também ser imoral

pode até ser legal em certos aspectos, mas também pode ser imoral. O funcionalismo precisa ter teto – sustentou.

Em Santa Catarina, há três faixas de teto salarial estabelecidas para os servidores estaduais: R\$ 10 mil para o Poder Executivo, R\$ 11,8

mil para o Legislativo e R\$ 22,1 mil para o Judiciário. O STF derubou, segundo Ideli, uma decisão do Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Em São Paulo, suspendeu um acórdão do Tribunal de Justiça do estado beneficiando um grupo de servidores com salários acima do teto de R\$ 14,8 mil (recebido pelo governador).

Além de classificar as decisões da presidente do STF de “sábias”, a senadora disse que na próxima terça-feira Ellen Gracie irá entregar a um grupo de senadores sugestões de mudança na legislação para tornar a Justiça mais rápida e eficiente. Ideli Salvatti acrescentou que o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Rodrigo Colaço, também se prontificou a colaborar com esse trabalho.

Mão Santa: vaias a Lula são por falta de saúde e segurança

Mão Santa (PMDB-PI) acusou o governo Lula de ser “campeão” do desprezo à segurança pública e à saúde, “permitindo o sucateamento dos grandes hospitais”. O senador atribuiu as vaias dirigidas ao presidente da República na abertura dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, e em visitas a alguns estados ao descaso nessas áreas.

– É mais fácil tapar o sol com uma peneira que esconder a verdade: aquela vaia no Pan tem a ver com a segurança no Rio – disse.

O senador acusou o governo federal de se abster na resolução de problemas em instituições como

a Santa Casa de Misericórdia, na capital fluminense, e o Hospital do Fundão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mão Santa também reclamou de falta de atenção do governo com o Piauí, já que o índice de produção e exportação de vários artigos caiu, segundo dados de reportagem do jornal *O Dia* citados pelo senador: castanha de caju, –27%; mel de abelha, –71%; sucos e frutas, –42%; e carcinicultura, –56%; além dos índices de emprego, que recuaram 0,19%, e da cultura de grãos, que deve ficar, este ano, 12,11% menor do que em 2006.



Casagrande diz que órgão incentivará o surgimento sustentável de novos negócios

caráter terminativo.

O órgão terá orçamento próprio e poderá propor e desenvolver políticas públicas, juntamente com parceiros, visando ao surgimento



No Piauí, o índice de produção e exportação de vários artigos caiu, destaca Mão Santa

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que procurará os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para verificar as informações da reportagem, e Adelmir Santana (DEM-DF) informou que receberá o título de cidadão honorário de Uruçuí (PI).

Roseveltinho

sustentável de novos micro e pequenos negócios, “aproveitando a cultura empreendedora do povo brasileiro”. Micro e pequenas empresas, lembra o senador, representavam mais de 90% do total de firmas formais nos setores da indústria, da construção, do comércio e de serviços em 2002, quando o segmento distribuiu um total de R\$ 56 bilhões em salários.

A proposição prevê a criação de cargos em comissão e por transferências de servidores. Permite ainda alterar a estrutura do ministério para a organização administrativa da secretaria.



Adelmir foi condecorado por serviços em favor da segurança

Adelmir recebe medalha do governo do DF

Adelmir Santana (DEM-DF) recebeu, na última quarta-feira, das mãos do governador José Roberto Arruda a medalha do Mérito da Segurança Pública do Distrito Federal pelos serviços prestados à comunidade brasiliense. Na cerimônia, realizada no Clube do Exército, mais de cem personalidades foram agraciadas com a medalha.

– Sinto muito orgulho pelo reconhecimento que recebo das forças de segurança de Brasília. Esta homenagem só faz aumentar a minha responsabilidade com a nossa comunidade – declarou Adelmir, que presidiu o Sistema Fecomércio no DF.

Pesar pela morte de ex-governador catarinense

Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento, na madrugada de ontem, do ex-governador de Santa Catarina Ivo Silveira.

Silveira, que comandou o estado de 1966 a 1971, foi duas vezes prefeito do município de Palhoça e quatro vezes deputado estadual. Ele faleceu aos 89 anos.

Logo após a manifestação de Ideli, Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu a palavra para expressar seus sentimentos de pesar pelo falecimento dos deputados Júlio Redecker (PSDB-RS) – que morreu no acidente com o avião da TAM no aeroporto de Congonhas – e Nélio Dias (PP-RN), vítima de câncer, além do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA). Crivella também prestou solidariedade às famílias das demais vítimas do acidente com o voo da TAM.

Deputados e senadores brasileiros participam na próxima semana, em Montevidéu, da quarta sessão ordinária do parlamento regional

Parlamento do Mercosul discute regimento e apoio a empresas

Em sua quarta sessão ordinária, na segunda e na terça-feira da próxima semana, em Montevidéu, o Parlamento do Mercosul discutirá, entre outras matérias, o projeto de seu regimento interno e a agenda política. Também constam da ordem do dia da sessão a designação dos integrantes das comissões permanentes e a realização de uma reunião de trabalho com o Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES) sobre o Fundo Mercosul de Apoio a Pequenas e Médias Empresas.

A agenda dos deputados e senadores brasileiros que integram o parlamento começa às 8h30 da segunda-feira, quando haverá um café da manhã de trabalho oferecido pelo embaixador Regis Arslanian, delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul.

Às 10h, será aberta a sessão do Parlamento do Mercosul. A ordem do dia começará com a leitura e discussão da ata da sessão anterior, realizada em junho último, e com a apresentação de proposições. Logo depois, deverá entrar em debate o projeto de regimento interno, relatado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que preside a representação brasileira e é um dos vice-presidentes do Parlamento do Mercosul. O item seguinte da pauta é a designação dos integrantes das comissões.

Na terça-feira, a partir das 10h, os representantes do Brasil, do Uruguai, do Paraguai, da Argentina e da Venezuela – país em fase de adesão ao Mercosul – deverão tratar da homologação do Acordo Interinstitucional entre o Fórum Consultivo Econômico-Social e o Parlamento do Mercosul, assinado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em julho de 2006.

Por esse acordo, o Parlamento do Mercosul e o FCES se comprometem em reunir-se pelo menos uma vez por semestre com o objetivo de trocar informações e opiniões sobre o desenvolvimento do Mercosul em geral e sobre os assuntos em tramitação em ambas as instituições que sejam considerados de interesse mútuo. Ainda segundo o texto, o Parlamento do Mercosul assume o compromisso de consultar o FCES em todos os

assuntos de integração regional que considere oportunos. Já o fórum poderá manifestar-se, por sua própria iniciativa, sobre temas submetidos ao parlamento que representem interesses relevantes das organizações que integram o FCES. O acordo prevê ainda que o fórum assumirá o compromisso de responder às consultas que lhe forem encaminhadas pelo Parlamento do Mercosul, e este, de considerar as opiniões do fórum.

Empresas

Também na terça-feira, haverá uma reunião de trabalho com o FCES para tratar da decisão do Conselho do Mercado Comum, adotada em junho último, de encomendar ao Grupo Mercado Comum que proponha, na próxima reunião do conselho, alternativas para a constituição de um Fundo Mercosul de Apoio a Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

A agenda política é o último item da pauta da 4ª sessão do Parlamento do Mercosul. Na sessão anterior da instituição, foi aprovada proposta de agenda política formulada pela comissão, criada com esse objetivo. No documento, estão relacionados como assuntos prioritários o diagnóstico da situação do mercado comum e

o tratamento de assuntos como a padronização normativa na área de saúde, a livre circulação de bens culturais, a legislação na área de saúde animal, a posse de terras por cidadãos do bloco em país estrangeiro, as assimetrias econômicas e geográficas entre os sócios, a integração energética e o fortalecimento do próprio parlamento.

A inclusão do combate à pobreza entre os temas prioritários foi pedida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) com a finalidade de aprimorar a sugestão da delegação argentina, que havia proposto que fossem discutidas formas de se assegurar “uma melhor distribuição dos benefícios, com requalificação de mão-de-obra e investimento em educação”.

Por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foram inseridos na agenda política a unificação dos parâmetros macroeconômicos dentro do bloco e o acompanhamento do processo de criação do Banco do Sul e da redefinição do papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Já por proposta da delegação argentina, também foram incluídas as questões aduaneiras e o reconhecimento de diplomas universitários para o exercício profissional.

Movimentos sociais poderão participar dos debates

Com o objetivo de ampliar a participação popular no Parlamento do Mercosul, o relator do Regimento Interno da nova Casa Legislativa, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), admitiu no texto a possibilidade de movimentos sociais, e não somente instituições “legalizadas”, se fazerem presentes.

– Se não, fica naquilo: qual o CGC? Está inscrito na Receita? Procurei garantir que quem está informalmente organizado tenha participação também.

A presença da sociedade civil na discussão de questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração e a obrigatoriedade de divulgação, pela internet, do orçamento e das despesas do Parlamento do Mercosul, previstas no projeto de regimento interno, foram destacadas pelo relator como pontos importantes da matéria.

Sobre a possibilidade de constituição de grupos políticos, prevista na proposta de regimento, Dr. Rosinha afirmou que ela poderá se concretizar assim que o texto for aprovado. Lembrando que os grupos serão formados a partir da vontade de cada parlamentar, por identificação de posições, o deputado disse imaginar que haverá um grupo de centro, um da social-democracia, um dos socialistas.

– Vai evoluir por aí – previu.

Dr. Rosinha, que é também vice-presidente, pelo Brasil, do

Parlamento do Mercosul, esclareceu que o número de comissões permanentes que serão criadas foi fixado em dez, pela proposta de regimento interno, porque, como se espera um texto duradouro e a nova Casa legislativa terá uma quantidade maior de membros, já se teria um desenho para o futuro. O senador Aloizio Mercadante chegou a propor a redução desse número para cinco, “nessa etapa preliminar de implantação do parlamento”, sob o argumento de que, como o número de parlamentares do Mercosul hoje é de 72, se fossem constituídas dez comissões, o quórum das deliberações nesses órgãos técnicos seria de quatro parlamentares.

O relator defendeu a possibilidade de revisão do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul dentro de um ano, acolhendo sugestão do deputado Germano Bonow (DEM-RS), para que, a partir da experiência, fossem realizadas as transformações possíveis e necessárias. Mas a idéia não foi aceita pelo grupo que examinou a matéria.

Culturas diferentes

A maior dificuldade na construção do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul surgiu do fato de as culturas legislativas serem diferentes nos países que compõem a nova Casa Legislativa, conforme avaliação do relator.

– São quatro países, cada um com sua cultura política, do dia-a-dia do parlamento. Três países se aproximam um pouco pela língua espanhola, mas não têm a mesma cultura, e depois vem o Brasil, com a língua portuguesa. Como construir o Regimento Interno respeitando essas culturas? – questionou.

O deputado relatou que, no processo de elaboração do projeto de regimento interno, um dos problemas foi o fato de alguns parlamentares quererem colocar no texto regras dos parlamentos dos países a que pertencem. Dr. Rosinha contou ainda que, na sua atuação como relator, sugeriu que o texto não fosse detalhista, mas, sim, o mais simples possível.

– Mas ficamos presos a algumas restrições contidas no Protocolo Constitutivo do Parlamento.

Com a elaboração da proposta já concluída, o deputado espera que o Regimento Interno seja votado na próxima segunda-feira.



Parlamento do Mercosul vai analisar extensa agenda, que inclui o combate à pobreza e a designação de integrantes das comissões